



PEDIDO DE COMPRA: 000234 / 2025

EMIÇÃO: 02/12/2025

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD

Objetivo: Contratação de empresa especializada no fornecimento de material e mão de obra, para instalação de nova rede elétrica no prédio do CNEC.

Justificativa: Devido ao tempo que o prédio esteve inocupado, houve comprometimento de suas estruturas, sendo uma delas o entupimento de calhas, o que levou a infiltrações que acabaram danificando a instalação do prédio. Após visita ao local foi constatado que alguns circuitos da instalação sofreram danos devido a curto circuitos, desgastes dos cabos devido a corrosão e também cabos arrebentados dentro das tubulações. Desta forma, faz-se necessário, portanto, uma nova instalação de forma a garantir a segurança do prédio e a continuidade da entrega de energia.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Devido ao tempo em que o prédio da CNEC esteve inocupado, houve comprometimento de suas estruturas, sendo umas delas, o entupimento das calhas, o que levou a infiltrações que acabaram danificando a instalação elétrica do prédio.

Após visita ao local foi constatado que alguns circuitos da instalação sofreram danos devido a curto circuitos, desgaste dos cabos devido a corrosão e também cabos arrebentados dentro das tubulações.

Faz-se necessário, portanto, uma nova instalação de forma a garantir a segurança do prédio e a continuidade da entrega de energia.

Considerando que para a continuidade da ocupação do prédio pelo Instituto Federal Farroupilha, e demais setores da Prefeitura, é necessário realizar a nova instalação na ocupação pode vir ocorrer danos graves, como choque elétrico, queima de equipamentos, como computadores, impressoras, climatizadores, entre outros, além de comprometer a eficiência energética, causando maiores prejuízos e gastos ao erário público.

Destacando que a continuidade dos danos poderá vir agravar a estrutura física do prédio.

Manutenção da segurança e integridade do ambiente de trabalho e atendimento.

Evitando maiores gastos decorrentes de danos mais extensos caso o problema não seja prontamente solucionado.

Diante do exposto, justifica-se a necessidade da contratação de empresa especializada para nova instalação de rede elétrica para o prédio da CNEC, assegurando o bom funcionamento da estrutura e a continuidade dos serviços prestados à comunidade.

ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida NÃO está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de SÃO LUIZ GONZAGA, todavia tem previsão em Lei Orçamentária.

Foi constatado a necessidade da reforma depois da empresa ter realizado a reforma no prédio, e ter constatado o comprometimento de suas estruturas, ou seja circuito de instalação.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As obras para nova instalação elétrica prédio do CNEC, possuem natureza comum por estabelecer as especificações técnicas padronizáveis em termos de desempenho e qualidade neste ETP, no TR e no memorial descritivo. Descrevendo materiais, equipamentos e métodos construtivos usuais e para as quais exista grande número de fornecedores e de executores (empresas e profissionais) no mercado local ou regional. PARA TANTO A CONTRATAÇÃO SE DARÁ NA MODALIDADE DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA, com base no artigo 6º, inciso XXXVIII da Lei 14.133/2021.

1- PECULIARIDADES DA OBRA: CARACTERÍSTICAS:

A nova instalação elétrica do prédio CNEC, deverá ter uma entrada trifásica de forma a melhor distribuir as cargas que serão



utilizadas, também será utilizado um circuito de aterramento, caso não esteja disponível pela concessionária, utilizar-se-á, um barramento de neutro conectado a terra.

MEMORIAL DESCRITIVO

ASSUNTO: Nova instalação elétrica CNEC.

APRESENTAÇÃO

Nesse memorial serão apresentadas as bases de cálculo e materiais a serem utilizados na execução do projeto de instalação elétrica do prédio CNEC.

Entrada de energia

A entrada de energia será substituída por uma no padrão C10 da GED-13, com um disjuntor de 125A caso haja necessidade de aumento de carga no futuro, também será instalado o aterramento junto ao poste com uma caixa de aferição.

Quadro de Controle

No hall de entrada será instalado o quadro de controle com 6 disjuntores monofásicos, que servirão como controle para os demais quadros de distribuição, também deverá ser instalado um barramento trifásico de forma a distribuir as fases que alimentarão cada circuito, assim como um barramento para o neutro.

Quadro de distribuição 1

No quadro 1 serão ligados 9 circuitos, que alimentarão as seguintes dependências: Sala 01, Sala 02, Sala 03, Hall de entrada, Circulação 01, Hall, W.C PNE, Depósito. Desses 9 circuitos, 8 terão disjuntores monofásicos, o circuito utilizará um disjuntor trifásico de modo a atender o motor, podendo esse ser instalado no Quadro de distribuição ou no quadro de comando do próprio motor já presente no prédio. A ligação entre o quadro de distribuição e o quadro de controle deverá ser feita com cabo de 16mm² de forma a garantir a continuidade do fornecimento devido a presença do motor, serão utilizados eletrodutos de PVC de seção 32mm para garantir a acomodação dos cabos.

Circuito	Cabos(mm ²)	Comprimento (m)	Disjuntor (A)
1	1,5	34,03	2
2	2,5	48,43	6
3	6	21,06	16
4	6	12,6	16
5	6	10,3	16
6	1,5	63,84	6
7	2,5	53,14	10
36	2,5	9,52	16



8	6	3,65	10 trifásico
---	---	------	--------------

Quadro de distribuição 2

No quadro 2 serão ligados 6 circuitos, que alimentarão as seguintes dependências: W.C. Feminino, W.C. Masculino, Circulação 02, Sala 04, Sala 05, Iluminação Externa. A ligação entre o quadro de distribuição e o quadro de controle deverá ser feita com cabo de 16mm² e serão utilizados eletrodutos de PVC de seção 32mm para garantir a acomodação dos cabos.

Circuito	Cabos(mm ²)	Comprimento (m)	Disjuntor (A)
9	1,5	22,18	2
10	2,5	22,4	10
11	1,5	92,49	6
12	2,5	52,8	10
13	6	17,1	16
14	6	23,33	16

Quadro de distribuição 3

No quadro 3 serão ligados 9 circuitos, que alimentarão as seguintes dependências: Escada, Circulação 03, Sala 06, Sala 07, Sala 08, Sala 09, Iluminação Externa. A ligação entre o quadro de distribuição e o quadro de controle deverá ser feita com cabo de 16mm² e serão utilizados eletrodutos de PVC de seção 32mm para garantir a acomodação dos cabos.

Circuito	Cabos(mm ²)	Comprimento (m)	Disjuntor (A)
15	1,5	79,86	6
16	2,5	80,67	16
17	6	32,48	16
18	6	23,69	16
19	1,5	164,85	10
20	2,5	71,22	10
21	6	23,24	16
37	6	35,29	16
22	6	33,98	16

Quadro de distribuição 4



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

No quadro 4 serão ligados 10 circuitos, que alimentarão as seguintes dependências: sala de aula 8, sala de aula 9, circulação 3, brinquedos, WC 4 e WC 5. A ligação entre o quadro de distribuição e o quadro de controle deverá ser feita com cabo de 16mm² e serão utilizados eletrodutos de PVC de seção 32mm para garantir a acomodação dos cabos.

Circuito	Cabos(mm ²)	Comprimento (m)	Disjuntor (A)
23	1,5	71,5	6
24	2,5	74,47	10
25	6	27,56	16
26	6	27,89	16
27	1,5	116,47	10
28	2,5	78,46	10
29	6	17	16
30	6	27,93	16
31	6	29,02	16
32	6	29,58	16

Quadro de distribuição 5

No quadro 5 serão ligados 3 circuitos, que alimentarão os circuitos da Edícula. A ligação entre o quadro de distribuição e o quadro de controle deverá ser feita com cabo de 16mm e serão utilizados eletrodutos de PVC de seção 32mm para garantir a acomodação dos cabos.

Circuito	Cabos(mm ²)	Comprimento (m)	Disjuntor (A)
33	1,5	26,81	2
34	2,5	22,18	10
35	6	32,39	10

Materiais

Tomadas: 176 tomada;

16 tomadas com bitola para 20A;

1 conexão para painel de controle da plataforma elevadora.

Lâmpadas: 160 lâmpadas LED 50W;



22 refletores LED 50W.

Disjuntores: 3 de 2A;

5 de 6A;

10 de 10A;

18 de 16A;

1 trifásico de 10A (Motor da plataforma);

2 de 40A;

2 de 50A;

1 de 80A;

1 trifásico de 125A (Entrada de energia).

Cabos: 2016m de 1,5mm²;

1026m de 2,5mm²;

856m de 6mm²;

1109m de 10mm²;

420m de 16mm²;

200m de 35mm²

Eletrodutos: 1109m de eletroduto de PVC 32mm

Planejamento da obra

Detalhes dos materiais: Como a instalação elétrica será feita com eletrodutos aparentes, serão utilizados conduletes ou caixas modulares para acomodar tomadas e interruptores. Todas as tomadas de 10A deverão ser dois módulos.

Execução: a obra visará refazer toda a instalação elétrica do prédio do CNEC, desde a entrada de energia até os circuitos terminais. Como a nova instalação será de eletrodutos aparentes todos as perfurações e danos deverão ser reparados após a instalação dos dutos, como previsto em projeto e orçamento, qualquer dano excedente causado à estrutura será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo a mesma arcar com os custos dos reparos. Todos os furos necessários para a passagem dos dutos deverão ser executados com serra copo de diâmetro compatível com o duto, não serão aceitos furos de tamanho inadequado devendo os mesmos serem reparados pela CONTRATADA.

Os dutos deverão ser instalados na parede próximo ao teto, sendo instalados no teto conforme a necessidade do projeto, as tomadas deverão respeitar as alturas estipuladas na norma (baixa até 30cm, média até 150cm e alta até 200cm).

3. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O prazo de vigência do contrato é até 31 de dezembro de 2025, ou até execução total da obra, na forma do artigo 105 da Lei 14.133/21, ou até o cumprimento total do cronograma de execução descrito no item

2.12 da CLÁUSULA SEGUNDA deste contrato.

3.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for



concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3.1.2. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado: a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas; e, b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

3.1.3. Caso a vigência ultrapasse o exercício financeiro, deverão ser observadas a disponibilidade de créditos orçamentários bem como a previsão no plano plurianual.

4- DO PAGAMENTO

4.1. A liquidação e os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la os seguintes documentos: boletim de medição mensal expedido pelo Setor de Engenharia do Município, apresentação da Nota Fiscal-Fatura e ao final da obra declaração de recebimento firmada pelo Gestor do Contrato.

4.1.1. O pagamento somente poderá se dar após a conclusão e liberação de cada uma das etapas mensais da obra pelo órgão fiscalizador competente, conforme cronograma fiscofinanceiro.

4.2. O documento fiscal deverá ser, obrigatoriamente, do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

4.3. O documento fiscal deverá ser acompanhado de cópia do comprovante de pagamento do ISSQN da respectiva nota emitida referente ao local da realização da obra/serviço.

4.4. As faturas deverão se fazer acompanhar das certidões negativas das Fazendas Federal, Estadual e Municipal e do FGTS.

4.5. Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

4.5.1. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. A contratada deverá apresentar tal comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido aos optantes pelo Simples Nacional.

4.5.2. O contratado que não for beneficiário do Simples Nacional deverá informar a alíquota de retenção de IRPJ na nota fiscal ou a base legal para imunidade ou isenção, conforme determina a Instrução Normativa Federal nº 1.234/2012 e Decreto Municipal nº 6.755/2022. 4.6. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao CONTRATADO serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação pelo índice médio do acumulado da variação positiva dos seguintes índices: INPC/IBGE, IPCA/IBGE e IGP-M/FGV; calculados pro rata die, até o efetivo pagamento.

5- DAS OBRIGAÇÕES DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE: 1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos. 2. Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato. 3. Determinar as providências necessárias quando o serviço prestado não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso. 4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado; 5. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme definido neste contrato. 6. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. 7. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 02 (dois) meses. 1. Prestar os serviços de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. 2. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos. 3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos. 4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados. 5. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. 6. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra para representá-lo na execução do contrato. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela administração desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade. 7.

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência. 8. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz. 9. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços. 10. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021. 11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021. 12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir e/ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado. 13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços. 14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento. 15. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros. 16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato. 17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina. 18. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere. 19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno perigoso e insalubre. 20. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação. 21. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável. 22. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto. 23. Observar as diretrizes de caráter ambiental de acordo com a legislação pertinente. 24. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. 25. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia. 26. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações. 27. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc).

6- DAS SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que: a. Der causa à inexecução parcial do contrato; b. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; c. Der causa à inexecução total do contrato; d. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; e. Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; f. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; g. Praticar ato fraudulento na execução do contrato; h. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções: Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021); Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021); Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h” e “i” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021). Multa.

7- DA EXTINÇÃO



O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021). O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, GLOBAL nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, alínea a, artigo 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021. Para execução da obra os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021:

Habilitação jurídica: Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual; Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;

Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Habilitação fiscal, social e trabalhista: Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Prova de regularidade perante a: Fazenda Federal, Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, e Com o Município de São Luiz Gonzaga -RS, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei; OBS 01: o referido documento poderá ser obtido através de realização de cadastro no Setor responsável por meio do telefone (55) 3352-9321 e após sua emissão pelo site oficial; OBS 02: servirá como prova de regularidade com o Município de São Luiz Gonzaga-RS, print da página do site oficial em que conste o licitante como contribuinte inexistente ou bloqueado/inativo, através do link: Portal do Cidadão (gespamweb.com.br) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho; Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Habilitação econômico-financeira: Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento; Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; No caso da pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, limitar-se-ão ao último exercício; No caso de empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; Cálculo da boa situação financeira da empresa, devendo ser alcançado os seguintes índices: AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo ELP = Exigível a Longo Prazo PL = Patrimônio Líquido a) Liquidez Geral: $AC + ARLP$ (deve ser igual ou maior que 1,0) $PC + ELP$ b) Garantia de Capital de Terceiros: PL (deve ser igual ou maior que 0,2) $PC + ELP$ O índice estabelecido pela Administração, para certificar a boa situação financeira da empresa, é igual ou maior que 1,0 (um vírgula zero) para Liquidez Geral e igual ou maior que 0,2 (zero vírgula dois), para Garantia de Capital de Terceiros. Caso a empresa licitante não apresente os índices mínimos, será exigido para fins de habilitação, Patrimônio Líquido Mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

Habilitação técnica: Certidão de registro da empresa e de todos os profissionais integrantes de seu quadro técnico no Conselho Competente, com prazo de validade em vigor; Atestado de capacitação técnico-profissional em nome do responsável técnico da empresa, registrado no Conselho Competente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível em características com o ora licitado, em quantidade mínima de até 50% do objeto das parcelas de maior relevância, quais sejam:

VALOR 250 m² Nova Instalação Elétrica Prédio do CNEC.

Observação: os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço técnico objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado horário junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, sito a rua Salvador Pinheiro Machado, 1589, centro, fone (55) 3352-3869, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Os quantitativos estimados para a contratação pretendida têm os seguintes parâmetros:

A área contemplada na obra é de 500 m², referente a parte da nova instalação da rede elétrica prédio do CNEC.

ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Não há alternativas distintas dos métodos construtivos para execução do referido serviço. Porém na forma de resolve a problemática, foi identificados duas alternativas:

01- MANUTENÇÃO DA REDE ELÉTRICA, DIRETAMENTE PELA ADMINISTRAÇÃO: alternativa inviável, pela falta de servidores técnicos especializados em novas redes elétricas.

02- TERCEIRAÇÃO DO SERVIÇO: contratação de empresa especializada englobando os serviços e materiais.

Conforme pesquisa de mercado realizada, a solução 02 para a necessidade administrativa, objeto do presente estudo técnico preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa em regime de execução indireta de empreitada por preço global, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos, insumos, transportes, encargos sociais, BDI e demais encargos, objetivando a execução de nova instalação elétrica prédio do CNEC.

Neste sentido segue indicação de potenciais fornecedores/prestadores de serviço, conforme LicitaCon RS:

REMAX MATERIAIS ELÉTRICOS;

SANTIL;

VIEW TECH;

LEROY MERLIN;

DIMENSIONAL..

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor de R\$ 159.954,98. Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando o disposto no Decreto Municipal nº 6871 de 2022, que "Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços na aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do município de São Luiz Gonzaga/RS", e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021". A pesquisa de preços foi realizada através do SINAPI do mês de setembro de 2025.

A utilização da tabela SINAPI pela parte técnica assegura transparência, uniformidade e coerência na definição dos custos, evitando divergências indevidas de preços no mercado e assegurando que o valor de referência esteja alinhado com a realidade praticada no setor da construção civil.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução não contempla outra alternativa em escala senão a contratação de empresa em regime de execução indireta de empreitada por preço global, com fornecimento de material, mão de obra, equipamentos, insumos, transportes, encargos sociais, BDI e demais encargos, objetivando a nova instalação elétrica do prédio do CNEC. As especificações da forma e realização do serviço e obrigações da futura contratada estão devidamente descritas no item 03 deste ETP - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO. A opção pela execução indireta decorre da análise técnica e econômica realizada no item anterior, que concluiu pela inviabilidade das demais alternativas estudadas — execução direta pela administração —, notadamente em razão da falta de estrutura de pessoal.

Sob a ótica da eficiência administrativa e da economicidade, princípios consagrados no caput do art. 37 da Constituição Federal e no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021, a execução indireta apresenta-se como a alternativa que melhor atende ao interesse público, garantindo autonomia operacional, disponibilidade imediata dos equipamentos, previsibilidade de custos e maior controle sobre a manutenção e conservação dos bens patrimoniais. Tais fatores são essenciais para a continuidade dos serviços públicos voltados à educação e a comunidade em geral. As obras e serviços serão executados de acordo com as normas técnicas vigentes e boas práticas de engenharia, observando o projeto, memorial descritivo, planilhas de



quantitativos e especificações dos materiais, a fim de garantir segurança, durabilidade e funcionalidade ao espaço reformado. A contratação proporciona a adequação do ambiente às necessidades atuais de uso, melhora as condições de trabalho e atendimento, preserva o patrimônio público e evita a ampliação de danos decorrentes da deterioração natural da edificação.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos para frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. Em vista disso, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado, pois a divisão dos serviços em lotes ou etapas distintas e com empresas diferentes comprometeria a continuidade, a padronização técnica e a dificultaria a fiscalização e responsabilidade pela execução, podendo resultar em incompatibilidades construtivas, atrasos e aumento de custos.

RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentação.

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração. A Secretaria de Municipal do Planejamento indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam: a) elaboração de minuta do edital; b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária; c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso); d) elaboração de minuta do contrato; e) encaminhamento do processo para análise jurídica; f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados; g) publicação e divulgação do edital e anexos; h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável; i) realização do certame, com suas respectivas etapas; j) realização de empenho; e l) assinatura e publicação do contrato.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a aquisição/operacionalização dos serviços podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta. Os bens/serviços que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não há impactos ambientais consequentes da contratação da obra, exceto aqueles cuidados necessários no descarte dos materiais de entulho, que deverão ser feitos em locais apropriados, destinados à cada tipo de resíduo da obra, de acordo com as normas pertinentes.

A empresa deverá priorizar o uso de materiais de construção sustentáveis e de baixo impacto ambiental, certificados por órgãos competentes, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei 14.133/2021. Optar por materiais que possuam certificações ambientais reconhecidas, promovendo a conservação dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental.



DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Ademais, este ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR demonstrou todos os requisitos para a contratação de forma a inexistir prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados.

A especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência e em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos (artigo 18, § 3º da Lei 14.133/21).